

Neste livro, Marlene Guirado apresenta, de modo indissociável, suas elaborações teóricas e a síntese de suas práticas profissionais relativas à clínica, às análises de instituições e às pesquisas acadêmicas. A própria construção do livro traduz uma das teses da autora, acerca da possibilidade de se reconhecer as consonâncias entre essas diversas práticas, identificando suas regiões de contato sem, contudo, deixar de lado suas especificidades. Assim, numa expressão de Marlene, "do divã ao computador, passando pelos corredores do cotidiano de uma instituição" (p.63), um certo modo de escuta vai se delineando conforme a autora transita de um âmbito a outro, adotando o referente institucional como o eixo organizador central de suas idéias. Neste percurso, estabelece os princípios de sua produção teórica e uma rigorosa metodologia de trabalho, o que lhe possibilita reflexões críticas de grande alcance, especialmente no campo da psicanálise.

Marlene propõe, como tema principal de sua obra, uma certa concepção de sujeito psíquico e o fundamento para uma prática analítica. A autora elege o campo discursivo como âmbito de trabalho, procurando delinear um sujeito do e no discurso, foco por excelência das abordagens psicanalíticas. Referendada nestas últimas, Marlene desenvolve seu pensamento na lida com elementos de outra disciplina do conhecimento, constituída nas fronteiras da lingüística, denominada Análise do Discurso (AD), na perspectiva da escola francesa. Apoiada em um de seus teóricos, Dominique Maingueneau, a autora nos apresenta os postulados da AD, aqui resumidos em três sentenças

## Um outro modo de saber/ fazer Psicanálise

*Resenha de Marlene Guirado,  
Psicanálise e Análise do Discurso - matrizes  
institucionais do sujeito psíquico,  
São Paulo, Summus, 1995, 141 p.*

iniciais: o sujeito se constitui a partir do seu lugar na ordem discursiva; não há relação de exterioridade entre o sujeito e seu discurso; as condições de produção do discurso são intrínsecas ao próprio discurso, ou seja, não há que se procurá-las fora dele. Para compreender tais afirmações, é necessário esclarecer o conceito de discurso. Marlene recorre, então, dentre outras, às idéias de M. Foucault, que exercem grande influência sobre Maingueneau.

Foucault supõe "que em toda sociedade a produção do discurso está controlada, selecionada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função excluir poderes e perigos, dominar o acontecimento aleatório e esquivar sua pesada e temível materialidade" (p. 34). Ou seja, o discurso é a instância por excelência onde se armam conflitos, resistências, relações de poder e desejo. O discurso não é a tradução dos aspectos da vida social, mas sim o terreno mesmo onde eles se dão, daí o seu estatuto de materialidade. Foucault concebe a formação discursiva como prática institucional, revelando suas condições de produção segundo uma série de dispositivos identificáveis. A análise empreendida por este autor almeja o desmascaramento das intenções do discurso, conforme desvela seus procedimentos de controle, provocando modificações nas relações de poder aí articu-

ladas. Portanto, realizar a análise do discurso (referido, por exemplo, ao que uma determinada sociedade organiza sobre os temas da sexualidade, do poder, da repressão, etc.) segundo esses preceitos é fazer política, no sentido estrito do termo; é alterar o jogo de poder, isto é, a correlação e a disposição de forças no imaginário social. Com Foucault, nota-se muito claramente que as condições de produção do discurso são intrínsecas ao próprio discurso; não estão alhures, além ou aquém dele; é na própria estrutura da formação discursiva que se pode apreender suas intenções e os termos de seu engendramento.

Em seguida, aprofundando o conceito de formação discursiva, no âmbito da AD e retomando a Maingueneau, Marlene aborda a questão da polifonia do discurso, considerando a presença de várias "vozes" ou sentidos numa mesma fala, esclarecendo que o discurso não se faz como unidade homogênea mas, ao contrário, comporta ambigüidades e rachaduras. Em algumas modalidades discursivas como a ironia, palavras entre aspas, metadiscurso do locutor, imitação, etc., pode-se identificar

enunciadores e locutores em posições diferentes, em cada caso, compondo o enunciado da fala. Na ironia, por exemplo, são ditos dois enunciados num só, alcançam-se dois destinatários com expressões distintas mas compostas nas mesmas palavras, ou seja, o locutor apresenta uma voz diferente da sua, aquela de um enunciador que não se expressa diretamente, mas que insinua suas posições de modo tal a não transgredir francamente certas normas e exigências da circunstância. Como este, outros recursos são levantados por Maingueneau como dispositivos para as análises de discurso. O que vai se configurando é a divisão presente no discurso por meio de seus significados ambíguos; abre-se finalmente o campo dos sentidos no limite das práticas da AD, o que permitirá a sua aproximação com a psicanálise, de acordo com a proposta de Marlene.

A autora encontra nas próprias considerações de Maingueneau a possibilidade de se trabalhar em AD com hipóteses construídas em outra área do conhecimento. Ela o faz, pautada na psicanálise, delimitando questões de método e recortes teóricos com grande rigor, inaugurando aquilo que denominará análise do discurso, em iniciais minúsculas, para diferenciá-la da AD. Para tal, Marlene retoma o conceito de sujeito psíquico de acordo com as concepções psicanalíticas de Freud, M. Klein e Lacan, bem como os respectivos métodos de análise daí derivados, apontando suas consideráveis diferenças. Privilegiando as noções lacanianas, a autora estabelece uma operação teórica para compor com os pressupostos da AD, e sempre na esteira do referente institucional, uma nova teoria sobre a constituição do sujeito, a definição de um método de análise e a atribuição de um objeto à psicologia. Então, primei-

ramente, que sujeito resulta desta operação? Nas palavras de Marlene, um "sujeito que só se pode dizer psíquico porque institucional" (p.18), vale dizer, "... um sujeito de representações e afetos... constituído nas e constitutivo das relações institucionais concretas" (p.81), ou dito de outro modo ainda, um "sujeito psíquico/afetivo... que se institui concretamente, a cada momento, no discurso" (p.77). A autora fala, portanto, de uma subjetividade matriciada nas relações institucionais; aborda um sujeito que é constituído numa certa articulação de posições na estrutura discursiva/institucional, e não um sujeito-indivíduo, cuja singularidade o retire ou mesmo o separe da rede institucional de suas relações.

Sobre um objeto para a psicologia, Marlene aponta "as relações; mas não as que materialmente se dão e sim, tal como imaginadas, percebidas, representadas pelos que, concretamente, as fazem" (p.81). Novamente, é no terreno discursivo que isto se arma. E, finalmente, sobre o método, a autora esclarece um procedimento fundamental da análise do discurso: ater-se à própria formulação discursiva do sujeito para compreender seu modo singular de organização, ou seja, não é necessário buscar em outro lugar, fora do discurso, as razões e o modo do seu engendramento. A autora sustenta a possibilidade de trabalhar com os conceitos fundamentais da psicanálise, como inconsciente, desejo, fantasia, transferência, interpretação, etc., e fazer análise do discurso. Para tal, é importante que se opere a teoria psicanalítica de modo a não antepor seus conceitos estereotipada e antecipadamente às manifestações do sujeito, construindo assim as interpretações nos moldes da repetição, qualquer que seja a situação, implicando sempre os mesmos resul-

tados: aqueles indicados pela nosografia psicanalítica, as "famosas" estruturas clínicas legitimadas pelas práticas diagnósticas. O que se deve buscar é a compreensão do modo particular de inserção do sujeito na estrutura discursiva. Nota-se que a autora promove "a noção de descentramento do sujeito, tratando o inconsciente em sua materialidade não rigorosamente endógena" (p.99). Em seu livro, Marlene oferece exemplos de análises do discurso, efetuadas por ela no âmbito de produções acadêmicas, da literatura e da clínica.

Outra questão trazida pela autora, relativa à produção teórica e metodológica, diz respeito às migrações de conceitos, quando se trata de trabalhar com certa noção nos limites de uma instituição que não a sua originária, onde fora primeiramente elaborada. Aqui, Marlene nos apresenta o modo com que trabalha um dos conceitos mais importantes e nucleares da psicanálise: o de transferência. Tal conceito ganha suas especificidades conforme se refira ao *setting* clínico convencional ou então àquele das instituições públicas ligadas à saúde, por exemplo. Neste último caso, é preciso considerar fortemente o caráter híbrido da transferência, uma vez que tanto os profissionais como a clientela acham-se sobredeterminados pelo imaginário da instituição em jogo, ocupando lugares que se superpõem e definem portanto a superposição de campos transferenciais. O efeito destes entrecruzamentos configura um contexto muito particular aos fenômenos transferenciais, demandando uma atuação profissional que se lhes mostre ajustada. A autora adverte para os riscos de se negar estas diferenças entre a instituição originária

da psicanálise, a clínica, e outras para as quais esta disciplina do conhecimento vem sendo requisitada, procedendo a transposições conceituais/metodológicas mecânicas e lineares, o que resulta em inadequação, equívocos e mesmo prejuízos de muitas atuações profissionais. À esta altura, não é demais chamar a atenção do leitor para que verifique, mais uma vez, o atravessamento do referente institucional no pensamento de Marlene.

Prossigamos, agora, com a discussão sobre aquela que deve ser uma das questões mais candentes deste livro: a crítica a que a autora submete a prática clínica da psicanálise. Ao definir uma rigorosa metodologia de pensamento, deixando claros os recortes teóricos a que procede, Marlene pode movimentar-se com impressionante liberdade na reflexão sobre as condições da prática psicanalítica, apontando seus limites e paradoxos, propondo novos encaminhamentos sem, contudo, romper com os seus parâmetros instituintes. E o faz considerando o conjunto dos procedimentos clínicos e a própria teoria psicanalítica em sua dimensão institucional, ou seja, como aquilo que se reproduz e legitima através do exercício concreto de seus agentes a partir de uma prática discursiva determinada. A autora põe em exame as vicissitudes e particularidades desta prática discursiva, revelando alguns de seus dispositivos. Conclui, por exemplo, que na situação do encontro entre o cliente e o psicanalista, este úl-

timo "aciona, 'naturalmente', sua compreensão a respeito do que ouve, traduz esse discurso nas palavras de que dispõe para ... ouvir. Ou seja, vai ouvir uma 'queixa' e, nela, poderá estar identificando 'angústias', 'sintomas', 'defesas', 'palavras vazias'... e, acima de tudo, 'transferências'. Ou, quem o escuta não será um psicanalista... Trata-se da inevitável apropriação pelo discurso psicanalítico daquele que é o discurso do cliente a respeito de si" (p. 12).

Marlene usa o termo "tração simultânea" para ilustrar o mecanismo desta apropriação e revela as relações de poder aí implicadas, sendo possível tomar também por este ângulo as resistências e os conflitos esboçados no campo analítico. Porém, no âmbito do atendimento, tudo isso ganha a aparência de naturalidade, como se tratasse de uma ordem inexorável das coisas ... essa que a psicanálise revela ... Na realidade, é o mecanismo institucional que institui e faz girar a maquinaria clínica, que mantém e legitima os procedimentos da psicanálise. A autora esclarece, portanto, uma operação inerente e constitutiva do ato analítico, produto de um arranjo inventivo mais do que propriamente natural. Enfim, produto institucional.

Há que se discutir mais amplamente as conseqüências destas considerações na prática clínica. Este mecanismo intrínseco à reprodução institucional da psicanálise não é algo de que o psicanalista possa "escapar", nem se trata de uma operação escusa a ser banida da prática analítica ou da qual todos devamos nos envergonhar, resignados. Não é, enfim, algo desejável ou passível de correção, pois não se trata de um dispositivo opcional desde que se queira exercer a psicanálise. Antes, é aquilo mesmo que requer e autoriza tanto o cliente como o analista. E,

diga-se de passagem, tal regra não é sequer exclusiva ao funcionamento desta instituição específica, embora tenha aí, como de resto, uma configuração peculiar. O importante é reconhecê-la como o cerne das operações analíticas, identificando o índice inerente de violência destas práticas, bem como os conflitos e paradoxos que se depreendem inevitavelmente do exercício desta profissão ligada à saúde. Isto acarreta a necessidade de uma nova abordagem ética da psicanálise, com a qual se possam considerar práticas menos abusivas, dados os seus riscos inerentes. Assim, no âmbito de qualquer análise que trabalhe com conceitos psicanalíticos, Marlene propõe as interpretações "cuja tradução simultânea não acontece com o dicionário ao lado" (p.13). No oposto, estão as interpretações que reduzem toda e qualquer manifestação a alguns conceitos da psicanálise, interpretações que buscam "revelar" os sentidos que estão "de trás" do discurso do cliente.

De posse das idéias de Marlene, podemos colocar em questão uma prática clínica que opera sob o crivo de uma teoria morta, porque teoria que se impõe pronta e não permite a sua reconstrução ou significação a partir de cada situação concreta de atendimento. Teoria que não faz teoria, não se submete a uma reflexão ética. Neste sentido, o leitor deverá remeter-se ao livro aqui citado, para acompanhar Marlene em seu trabalho de supervisora de uma equipe de profissionais ligados a uma instituição pública de saúde, onde procede à desconstrução do diagnóstico de psicose relativo a um certo sujeito, promovendo a alteração das posições e lugares institucionais ocupados por todos aqueles envolvidos na situação de exame e encaminhamento. Desvela-se o diagnóstico da própria institui-

ção no exercício concreto de seus agentes; no caso, o imperlinente rótulo de psicose traduzia o modo pelo qual os "agentes da saúde" se desocupavam de sua tarefa básica, instaurando, no vínculo com o cliente, os termos de uma ambigüidade. Ao que este último, por sua vez, respondia também com ambigüidade. Aliás, mocinhos e bandidos à parte, a rede institucional não comporta essa metáfora ao retratar as posições de seus agentes e clientela, uma vez que sempre abriga alterações e movimentos complexos nas relações que compõem e são compostas por suas práticas discursivas.

De volta ao contexto da clínica, o problema levantado por Marlene refere-se aos diferentes modos de se conduzir uma análise, uma vez que se considere ou não seus dispositivos institucionais e, conseqüentemente, cuidando mais ou menos dos riscos que lhes são inerentes. A autora propõe o procedimento de conter a febre interpretativa que supõe sentidos à fala do sujeito ou então "adivinha-os", pelo processo de "importá-los" do imaginário da teoria psicanalítica. Neste modelo clínico, o analista trabalha na esteira e na tensão do discurso, operando com os conceitos de modo a não criarem realidades que falem pelo sujeito, ou melhor, apesar do sujeito. Tal método pressupõe reaver e mesmo engendrar novos sentidos, para além do que já assentou a própria teoria.

Portanto, o que Marlene toma em questão é o próprio discurso da análise, os aspectos e as condições de sua produção, quer se leve em conta o âmbito

da clínica convencional ou o de outras instituições nas quais as práticas psicanalíticas são requeridas. Em virtude da densidade e concisão de sua obra, e no esforço de erguer as primeiras balizas para uma nova abordagem teórica e metodológica a partir de diferentes disciplinas do conhecimento, a autora formula suas premissas gerais e aborda problemas sob ângulos inusitados, abrindo um fértil campo para que se prossiga com outros detalhamentos. É como se tratasse de construir a fundação de um edifício. Há que se desdobrar o trabalho de Marlene. Desentranhar de seu texto outras indagações que surgem inesperadas, como efeitos que se multiplicam a partir do seu interior. A título de exemplo, como abordar, dentro das referências da autora, o conceito de pulsão? Há lugar para admiti-lo, como algo que não se ofereça completamente aos processos institucionais? Isso é possível para Marlene? Aguardemos dela própria (e aqui vai um desafio bem ao estilo da autora) e do nosso diálogo com suas idéias, a possibilidade de seguir pensando alguns de seus encaminhamentos.

Até aqui, privilegiei a apresentação do percurso teórico da obra, conforme a escolha de um modo de abordá-la, na tentativa de melhor garantir a compreensão do modelo conceitual inaugurado por Marlene. Entretanto, a leitura do livro traz muitos outros aspectos, os quais resistem à tarefa de uma resenha, uma vez que dificilmente se dobram ao esforço da síntese. Tais aspectos dizem respeito ao movimento e ao estilo da autora no encaminhamento de suas análises, a partir de casos clínicos por ela atendidos ou supervisionados. Aí podemos ver Marlene com "as mãos na massa", organizando um certo modo de fazer a clínica, ilustrando concretamente os procedimentos da

análise do discurso. O leitor poderá extrair diretamente da obra o significado e a riqueza desses elementos, que dão corpo e materialidade aos conceitos referidos nessa resenha - realizados, por assim dizer, em ato analítico. Além disso, Marlene consegue uma escrita agradável, bem humorada, espirituosa mesmo, sem abrir mão do rigor metodológico e da precisão conceitual. Vale conferir!

Finalmente, a maior virtude da obra está em promover disparadores para novas reflexões, uma vez que estabelece um certo desarranjo dos mitos ligados à prática psicanalítica. De roldão, coloca em xeque também determinados conceitos que ficam anunciados como objetos para um próximo trabalho. O efeito deste questionamento é desafiar a produção teórica a dar conta de novos impasses. Curioso como Marlene encaminha seu texto, de modo a deixar o leitor em suspenso quanto à tomada de certas conclusões, dado que não oferece modelos substitutos acabados que possam repor o equilíbrio que ela trata de desconstruir, conforme ilumina as condições de sua instabilidade... Ao que tudo indica, promove esse estado reflexivo de caso pensado. No decorrer da obra, permite entrever idéias em processo de fermentação. E tal como se deixa descansar a massa de um pão, ali, esquecida por um tempo... Marlene não se apressa, tolerando a espera de que as coisas possam ir se ajustando a seu tempo. Um tempo necessário.

**Mara Caffé** é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.